

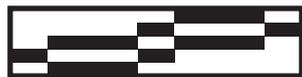
SUHAIL MALIK

ContraContemporâneo



obra comissionada pela 10ª Mostra 3M de Arte

zazie edições



TRADUÇÃO: GABRIELA BAPTISTA

COLEÇÃO TRAMA

A coleção TRAMA visa à tradução e à difusão de textos e ensaios atuais, em edições digitais viabilizadas pelo redirecionamento de recursos institucionais do campo artístico. Iniciada em 2018, continua com três novos títulos – *O planeta: uma categoria humanista emergente*, de Dipesh Chakrabarty, *ContraContemporâneo*, de Suhail Malik, e *O trabalho do inumano de Reza Negarestani*, publicados entre 2014 e 2018.

TRAMA é parte do projeto homônimo, por mim realizado no âmbito da 33ª Bienal de São Paulo. Nele busquei reorganizar atividades operacionais preexistentes no campo das artes como maneira de intervir e re-imaginar o funcionamento de instituições e de práticas artísticas. Nesta segunda iteração, a coleção TRAMA faz parte da obra *O mundo versus o planeta*, comissionada para a 10ª Mostra de Arte 3M – Lugar comum: travessias e coletividades na cidade, que buscou investigar a forma pela qual conferimos sentido ao mundo a partir de infraestruturas, sistemas e fluxos que também dão forma ao planeta.

Esta segunda seleção de ensaios amplia o escopo da coleção, incluindo os campos da história e da filosofia, com reflexões que investigam a cognição e a

ação humana e suas possíveis concepções no contexto atual de crise climática, disputas entre concepções de temporalidade e desenvolvimento tecnológico. Os novos títulos aprofundam também algumas das questões abordadas nos ensaios anteriores, como a descentralização do humano e a visão sistêmica das organizações sociais, políticas e econômicas que dão forma ao mundo em que vivemos e, mais do que nunca, interferem no ecossistema do planeta. Outros ensaios inauguram perspectivas de reflexão para o campo das Humanidades. A possibilidade de uma historicidade antropogênica do planeta, o questionamento do humanismo, além de presentes especulativos e suas associações com a mentalidade de risco do capital financeiro, diante da emergência de atores sintéticos e escalas não humanas, são tópicos que sinalizam a necessária atualização das discussões que cercam o campo das ciências humanas e, por conseguinte, o campo da arte e seus discursos.

A coleção TRAMA não poderia prosseguir sem a parceria com a Zazie Edições, as traduções de Gabriela Baptista/Pretexto e de Jean-Pierre Caron, a preparação e revisão de Angela Vianna e de Cecília Andreo, respectivamente, o design de Maria Cristaldi, além do apoio da Elo3, Camila Bechelany e Khadyg Fares, e principalmente a colaboração dos autores e respectivas editoras que gentilmente cederam os direitos de tradução e aceitaram integrar a coleção.

Luiza Crosman, organizadora

ContraContemporâneo

2020 © Suhail Malik

COLEÇÃO

TRAMA

TÍTULO ORIGINAL

ContraContemporary

ORGANIZAÇÃO

Luiza Crosman

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDITORA

Laura Erber

TRADUÇÃO

Gabriela Baptista / Pretexto

PREPARAÇÃO

Angela Vianna

REVISÃO

Cecilia Andreo

CONCEITO DE CAPA

Pedro Moraes

EXECUÇÃO/ DESIGN DE CAPA

Luiza Crosman

DESIGN GRÁFICO (miolo)

Maria Cristaldi

Obra comissionada pela 10ª Mostra 3M de Arte. O presente ensaio é a versão traduzida de “ContraContemporary”, publicado originalmente em *The Future of the New: Artistic Innovation in Times of Social Acceleration*, editado por Thijs Lijster, pp. 243-270, para a Antennae-Arts in Society series (Amsterdam: Valiz, 2018). Texto licenciado sob Creative Commons 3.0 Attribution-NonCommercial-NoDerivativeWorks. Reproduzido aqui com permissão do autor Suhail Malik e da editora, Valiz (www.valiz.nl).

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

ISBN 978-87-93530-85-0

Zazie Edições

www.zazie.com.br

SUHAIL MALIK

ContraContemporâneo

Tradução: Gabriela Baptista

ZAZIE EDIÇÕES

CONTRACONTEMPORÂNEO

Antes uma prioridade das vanguardas, o futuro do novo é hoje um lugar-comum. Estabilizado no campo artístico e transposto para o design, as atividades comerciais, a engenharia, a tecnociência, o entretenimento baseado em experiências, as reações à mudança climática, e assim por diante, o novo é uma característica geral e onipresente da formação e da transformação social contemporâneas. Transformação porque o novo diferencia o hoje do ontem, demarca o caráter “futural” e não tradicional do hoje. O futuro está acontecendo agora. Em todo lugar. O tempo todo.

Ainda assim, num sentido importante – desenvolvido a seguir –, e como as vanguardas argumentavam, para que o futuro seja de fato futural ele precisa ser diferenciado do passado e do presente. Imprevisível, o novo futuro será mais novo do que se sabe ou

se vivencia agora. Nessa perspectiva, o novo futuro reside no futuro. E, se a questão principal da política é a disputa sobre esse novo futuro e sua construção prática – o que será o amanhã, como deve ser e como alcançar a justiça (independentemente de como se defina justiça) –, as demandas, divergências, limitações e contingências que a constituem são acompanhadas por uma complicação reflexiva em sua teorização, que define o esquema aqui adotado. Ou seja, se o novo, completamente distinto do presente e do passado, está no futuro (acontecerá *então*), um novo futuro para o presente é, no presente, um futuro para o futuro.

Embora essa complexa formulação consiga apenas ensaiar a ideia de que o novo futuro está de fato no futuro, sua elaboração leva a uma articulação mais precisa do problema a ser tratado aqui: apesar de ser possível proclamar ou desejar o novo futuro, e agir sobre ou por ele, para todos os efeitos semânticos e significativos, ele continua a ser uma incógnita justamente por se situar no futuro. O futuro presente nunca pode conhecer ou presumir o presente futuro.¹ Como disputa sobre a construção do que o novo futuro poderia e deveria ser, a política é também onde e como as condições para o futuro do futuro se estabelecem.

¹ Para a distinção entre o futuro presente – o futuro para o presente – e o presente futuro – o presente que está no futuro –, ver: Elena Esposito. *The Future of Futures: Time of Money in Financing and Society*. Cheltenham: Edward Elgar, 2011 (ed. ital. 2009), p. 126ss.

Por mais abstrata e formal que seja essa definição de política, ela ajuda a generalizar a já canônica teorização de Hannah Arendt, elaborada no fim dos anos 1950. O significado dessa generalização fica patente quando a formulação de Arendt é compreendida e situada numa caracterização mais ampla da modernidade, proposta por Reinhard Koselleck. A futuridade intrínseca à modernidade, identificada por Koselleck, proporciona os termos para distingui-la da contemporaneidade, definida aqui principalmente como uma formação pós-moderna distinta, que “cancela” o futuro. A arte contemporânea é uma representante esclarecedora da modificação da modernidade para a pós-modernidade. A seção final deste texto compara a contemporaneidade com outra identificação da pós-modernidade, na qual uma futuridade especificamente moderna não é anulada, mas exacerbada a ponto de se tornar uma premissa do presente, que é intrinsecamente um presente especulativo. A primazia operacional do futuro reordena a sequência temporal herdada de passado-presente-futuro para a composição do presente, reordenamento que constitui o complexo-temporal especulativo.

O ponto crítico nessa rederivação da pós-modernidade é que a superação da modernidade não leva ao cancelamento de um futuro viciado, como propõem as críticas preponderantes, mas que um excesso de futuridade sufoca o sentido histórico da própria futuridade e da política. O futuro do futuro, assim, passa a depender antes de mais nada de sabermos se o

presente será capaz de gerar ou não um futuro novo, ou se vai gerar um excesso de futuro. E essa é uma política da pós-modernidade. Mas, como argumentaremos, primeiro, essa não é a política no sentido arendtiano, mas uma nova precondição para ela; segundo, ela é a determinação de um novo futuro subsequente à modernidade. Assim combinados os argumentos, a conclusão a que chegamos é que o futuro do novo é enfaticamente operacionalizado por um pós-modernismo que inaugura o futuro do futuro em detrimento da constituição do presente: um pós-modernismo que é contracontemporâneo.

AÇÃO

Para Hannah Arendt, o novo é consequência da ação, e a ação é um atributo exclusivo dos seres humanos:

É da natureza do início que se comece algo novo, algo que não pode ser previsto a partir de coisa alguma que tenha ocorrido antes [...]. O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, por sua vez, é possível porque todo homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo.²

² Hannah Arendt. *The Human Condition*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1998 [1958], pp. 177-178. [Ed. bras.: *A condição humana*.

Por ser imprevisível, a ação dá origem ao inesperado, ao novo genuíno, e isso se deve em parte à singularidade do indivíduo que age – uma individualidade que é em si a consequência da “organização das pessoas, e que surge quando elas agem e falam juntas”, no que Arendt chama de “espaço das aparências”.³ É essa singularidade no espaço das aparências e a possibilidade do inesperado que trazem “a cada nascimento [...] algo singularmente novo”: não a criança em si, mas a possibilidade do inesperado que o recém-nascido pode vir a efetivar. A possibilidade e a imprevisibilidade não emergem apenas no nascimento, elas são reiteradas e renovadas com a chegada de qualquer pessoa – qualquer corpo – no espaço das aparências. Arendt chama essa renovação de “iniciativa”, e para ela é isso que define o ser humano:

[...] trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. [...] É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original. [...] Seu ímpeto [dessa inserção] decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa. Agir, no sentido mais geral do termo, signi-

Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Forense, 2007.]

³ Ibidem, p. 198.

fica tomar a iniciativa, iniciar, [...] impor movimento a alguma coisa.⁴

A ação, no entanto, também é imprevisível porque suas consequências só podem ser reconhecidas em retrospecto. Ou seja, a história do ato – o que é a ação – é apreendida após sua conclusão – o que foi ação:

a segunda característica marcante [da ação é] sua inerente imprevisibilidade. Isso [...] vem diretamente da história que, como resultado da ação, começa e se estabelecer logo depois de passado o momento fugaz do ato. O problema é que, independentemente da natureza e do conteúdo da história que vem a seguir, [...] seu significado pleno só pode se revelar quando ela acaba.⁵

O necessário diferimento da compreensão de uma ação a torna imprevisível; em outras palavras, faz com que ela não tenha um significado claro no momento em que acontece. A combinação da natureza inesperada e imprevisível da ação constitui sua liberdade, a liberdade dos seres humanos que agem e falam no espaço público das visibilidades e aparências: a liberdade política.

Por mais esquemático que seja esse resumo, ele é suficiente para identificar a relevância da teorização

⁴ Ibidem, pp. 176-177.

⁵ Ibidem, pp. 191-192.

de Arendt sobre a política – o que acontece no espaço público das aparências – para uma determinação do futuro do novo. A possibilidade do novo é garantida, para Arendt, pelo fato de a natalidade humana – cada ser humano é uma possibilidade única de um novo futuro – renascer a cada ato e palavra no espaço das aparências. Cada ação inaugura, de forma singular, seu futuro ainda desconhecido.

Arendt deriva a imprevisibilidade das ações da discrepância entre o “momento fugaz do ato” e o reconhecimento retrospectivo de seu significado, que é também uma lacuna temporal. A mobilização dessa discrepância não é uma particularidade da teorização de Arendt, mas remete à moderna distinção convencional entre história vivida (*Geschichte* em alemão) e registro histórico (*Historie*) ou historiografia. No entanto, como argumenta Reinhard Koselleck, não é a primazia da ação que requer um reconhecimento diferido, como propõe Arendt, mas justamente o contrário: a concepção moderna de ação é consequência de uma formação específica da distinção entre as duas noções de história. De forma mais exata, como Koselleck observa, foi apenas por volta de 1780, “depois do surgimento da história como conceito-chave independente e singular”, que a noção anterior, ocidental e milenar, de história como narrativa (*Geschichten*) se transformou na noção de uma história que poderia também ser construída, o que, como Arendt reitera a

seu modo, inaugura a modernidade como a construção da história pela ação humana.⁶

O argumento central de Koselleck é que essa transformação foi consequência de uma “convergência” semântica de longo prazo, fundindo os termos distintos para história em alemão (e em outras línguas europeias).⁷ Com essa mudança semântica,

a história como realidade [*Geschichte*] e a reflexão sobre essa história [*Historie*] foram reunidas em um conceito comum, como história em geral. O processo dos acontecimentos e sua apreensão na consciência convergiram dali em diante em um só conceito.

Embora pareça obscura, é essa identificação conceitual de duas noções de história como uma “história em geral” que inaugura a modernidade, por três motivos principais:

1. Para Koselleck, a bem observada “divisão do trabalho” da construção histórica aponta não para sua incongruência, mas para uma unidade semântica subjacente:

⁶ Reinhart Koselleck. *Futures Past: On the Semantic of Historical Time*. Trad. Keith Tribe. Nova York: Columbia University Press, 2004 (ed. alemã: 1979), p. 195. [Ed. bras.: *Futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma P. Mass e Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.]

⁷ *Ibidem*, pp. 193-196.

É uma situação em que a mesma história que se faz de um lado é escrita de outro. A história parece estar disponível (*verfügbar*) de duas formas: para o agente que dispõe da história que constrói e para o historiador que dispõe dela ao escrevê-la [...]. O escopo da disposição da história é determinado pelo homem.

O termo “disponível” capta aqui duas das principais teses de Koselleck: a mais imediata é que o entendimento de história construída, uma novidade da modernidade e que também a define, é contíguo à escrita da história, e não oposto a ela. Apesar da aparente discrepância entre história vivida e escrita mobilizada por Arendt, sua teorização da imprevisibilidade da ação coincide com Koselleck nesse aspecto: embora a ação seja imprevisível porque seu significado é incompleto, o registro histórico define o sentido da ação, o que pressupõe a unidade semântica entre a história sendo construída e sua subsequente narrativa.⁸

2. A segunda “disposição” e a principal tese enfatizada por Koselleck como aquilo que proporcionou as condições para o surgimento da modernidade é que a

⁸ Arendt é comparada a Koselleck em razão desse argumento. A atribuição histórica, na verdade, é invertida. Sobre a influência de Arendt no pensamento de Koselleck acerca do totalitarismo nos anos 1950, ver: Niklas Olsen. *History in the Plural: An Introduction to the Work of Reinhart Koselleck*. Oxford: Berghahn Books, 2012, n. 8, p. 88; e, mais substancialmente, Stefan-Ludwig Hoffman. “Koselleck, Arendt, and the Anthropology of Historical Experience”. Trad. Tom Lampert. *History and Theory*, n. 49, 2 maio. 2010, pp. 212-236.

convergência semântica dos dois sentidos de história, em meados do século 18, subordina a escrita à sua realização. Essa formação do conceito de história, então nova, significou que histórias e experiências narradas específicas passaram a ser subordinadas a uma “história em geral”, uma história “única” e comum de realizações, na qual a ação é a prioridade conceitual. Duas transformações no conceito anterior de história se seguiram: a) a narrativa da história (*Historie*) é “diminuída”: acontecimentos e experiências singulares podem então ser situados e formulados em termos de um novo conceito de história mundial e também de uma construção de mundo; b) a história assume a direção das “esferas sociais e políticas para uma ação programada que aponta para o futuro”. Em resumo, a história “se tornou um conceito de ação” com um horizonte de expectativa.⁹ Por ser acionável, “somos cada vez mais capazes de planejar e também executar a história”.

3. Combinados – e para usar um termo que não é de Koselleck –, esses resultados parciais levam à con-

⁹ Koselleck. Op. cit., p. 196; ver também p. 132. E: o “tempo histórico, se é que o conceito tem um significado específico, está vinculado a ações sociais e políticas, a seres humanos que agem e sofrem concretamente, e a suas instituições e organizações” (p. 2). Cerca de um século depois do período examinado por Koselleck, Friedrich Nietzsche apresenta uma tipologia dos graus em que a história determina ou enfraquece a ação – ou “vida”, como Nietzsche nomeia o desenvolvimento presente. Ver: Friedrich Nietzsche. “On the Uses and Disadvantages of History for Life”. Trad. R.J. Hollingdale. *Untimely Meditations*. Cambridge: Cambridge University Press 1997 [1876].

clusão de que a história mundial é uma história antropogênica. Mais especificamente, a recomposição da história segundo a “história em geral” sanciona a construção da história de acordo com uma antecipação, uma previsão e um planejamento abrangentes; em outras palavras, com um horizonte antropogênico de expectativa.¹⁰ Nesse sentido, como para Arendt, a ação é a construção antropogênica da história voltada para o futuro.

Hannah Arendt materializa a construção histórica antropogênica ao fazê-la coincidir com o nascimento de cada indivíduo humano, no “fato original e singular do nosso aparecimento físico original”. E o sentido arendtiano pleno do termo, em que a ação é constituída apenas pela liberdade e pela autonomia humanas, é a realização da recomposição moderna da história de acordo com o horizonte antropogênico de expectativa, uma modernidade historicamente específica que Arendt então transcendentaliza como um “espaço de aparências” trans-histórico, justamente como determina a generalidade da história mundial antropogênica.

Essa recomposição da história para a ação é especificamente moderna em razão de sua antropogênese,

¹⁰ Para um exemplo contraintuitivo recente de construção da história de acordo com um horizonte de expectativa – um horizonte marcado, nesse caso, pelo inumano como transformação raciogênica de inteligência atualmente norteada pelo humano como base histórica, mas para libertá-la dele –, ver: Reza Negarestani. “The Labor of the Inhuman”. In: Robin MacKay e Armen Avanessian (orgs.), *#accelerate*. The Accelerationist Reader. Falmouth/Berlim: Urbanomic Press/Merve, 2014, pp. 427-466.

que rompe com o anterior ordenamento eclesiástico cristão da história. A história acionável, observa Koselleck, significa:

uma renúncia implícita de um nível extra-histórico. A experiência ou apreensão da história em geral deixa de exigir que se recorra a Deus ou à natureza. Em outras palavras, a história vivenciada como nova era, desde o princípio, sinônimo do próprio conceito de história mundial. Não se tratava mais de uma história a se desenrolar por meio da humanidade da Terra e junto com ela. Nas palavras de Schelling, em 1798: o homem tem história “não porque participa dela, mas porque a produz (*hervorbringt*)”.

A identificação de Arendt da espécie humana por sua capacidade única de agir está mais uma vez refletida na noção de que a história é “produzida” pela “humanidade da Terra” como história mundial. Mas esse universalismo intrínseco é historicamente identificado com a “renúncia de um nível extra-histórico”, para o qual a história humana não passaria de manifestação mundana. A derivação de Koselleck da modernidade com base nessa “renúncia” é crucial para a discussão a seguir, em especial porque possibilita a elaboração do esquema que mostra como e por que configurações do novo futuro determinam não só o início da modernidade como história mundial antropogênica – ação, como Arendt a nomeia –, mas também seus desdobramentos.

MODERNIDADE

Com o surgimento do conceito de história acionável, renuncia-se à escatologia cristã que constituiu a ortodoxia europeia até meados do século 17. Ao garantir que a justiça divina um dia chegaria, o esquema trans-histórico terminal do Juízo Final prestabelecia os termos e a conclusão de toda experiência e expectativa, significando que “nada fundamentalmente novo iria surgir” e validando “conclusões sobre o futuro a partir do passado”.¹¹ Em contraste, a história antropogênica como história mundial – de um mundo que seria então antropogênico – anula a “expectativa constante da iminência do apocalipse”, o que por sua vez “revelou [...] uma temporalidade [...] que estaria aberta para o novo e não teria limites”.¹² Isto é, a ação antropogênica proporcionada pela recomposição semântica da história, como a construção da história mundial, “revela” uma temporalidade para a qual o novo ilimitado é uma possibilidade histórica. Apesar de não mudar a orientação da história para o futuro, a renúncia ao horizonte de expectativa escatológico eurocristão pela história antropogênica recompõe essa futuridade como uma temporalidade, não como justiça divina. Essa temporalidade da história antropogênica é constituída pelo futuro do novo.

¹¹ Koselleck. Op. cit., p. 196.

¹² Ibidem, p. 232.

O tempo é, então, a abertura histórica para uma nova história, uma historicidade instigada pela ação. E, como Arendt argumenta, é intrínseco a essa historicidade continuar determinando novos futuros – que podem ou não trazer justiça, agora dependendo apenas de ações antropogênicas realizadas daqui até o futuro. A premissa terminal da história eurocristã, da humanidade e de sua composição cósmica é assim abolida.¹³ Mais significativo, e o que inaugura a modernidade, é que, como o que pode acontecer no futuro será novo, o futuro é agora transformável e de fato desconhecido, distinto, então, do que Koselleck chamou de horizonte da experiência, configurado de acordo com o presente e o passado.¹⁴

Koselleck delinea o surgimento de uma modernidade (*Neuzeit*) explícita a partir de um desenvolvi-

¹³ Cerca de um século depois da convergência semântica que Koselleck identifica, a substituição da escatologia eurocristã pela história antropogênica é dramatizada de forma explícita por vários tratados existenciais europeus sobre a morte de Deus – com a inclusão notável de Nietzsche, para quem a escatologia divina é substituída pelo *Übermensch*, o super-homem ou sobre-homem. Seguindo a linha de Koselleck, o *Übermensch* significa a substituição da condição histórica da escatologia divina pelo *antropos*, como em seu termo antropogênico; ver: Friedrich Nietzsche. *Thus Spoke Zarathustra*. Trad. de Adrian Del Caro. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [1883-92]), p. 5. [Ed. bras.: *Assim falou Zarathustra*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.] A substituição de Deus como condição da estruturação histórica por uma estipulação antropogênica é prevista um pouco antes por Nietzsche: *The Gay Science*. Trad. Josephine Naukhoff. Cambridge: Cambridge University Press 2001, [1882], §125. [Ed. bras.: *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.]

¹⁴ Sobre a distinção entre o horizonte de experiência e o horizonte de expectativa, ver: Koselleck. Op. cit., p. 2.

mento lexical pelo qual a migração da historicidade para o tempo se torna uma característica epocal. Em resumo, a substituição de uma organização histórica eurocristã implica que o tempo “deixa de ser apenas o meio em que todas as histórias acontecem e ganha uma qualidade histórica”.¹⁵ Mais exatamente, “a história passa a ocorrer através do tempo e não mais no tempo, o qual se torna uma força dinâmica e histórica por si só”. Em outras palavras, o tempo é a historicidade do novo futuro.¹⁶ Comparado à sua organização eurocristã até meados do século 18, o tempo da história antropogênica é em si um novo tempo (*neue Zeit* em alemão). É novo porque determina o novo futuro antropogênico e também porque distingue o presente no qual a ação é instigada em relação tanto ao passado quanto ao futuro, “o *neue Zeit* da história também estava impregnado da diferença rasgada entre o tempo de cada um e aquele do futuro, entre a experiência anterior e a expectativa pelo que estava por vir”.¹⁷ Ou seja, o futuro é novo porque é distinto tanto do passado quanto do presente. A ação por meio da historicidade do novo tempo é, então, liberdade histórica.

A caracterização epocal do *neue Zeit* da história também parte da redefinição do passado, de acordo

¹⁵ Ibidem, p. 236.

¹⁶ Frederic Jameson identifica historicidade com a “verdadeira futuridade”. Ver: “The Aesthetics of Singularity”. *New Left Review*, n. 92, mar.-abr. 2015, p. 120.

¹⁷ Koselleck. Op. cit., p. 241.

com a dimensão do novo tempo. A disjunção entre o horizonte de experiência e o horizonte de expectativa pela ação no presente modifica não só o que o futuro pode ser, mas também o registro histórico (*Historie*), que é “temporalizado no sentido de que, graças à passagem do tempo, ele é alterado de acordo com o presente dado”.¹⁸ Deve ficar claro que a principal modificação do passado identificada por Koselleck não representa que os acontecimentos registrados são revisados por historiadores atuais em razão das demandas de ações no presente, mas que a historicidade do tempo significa que “a natureza do passado também mudou”.¹⁹ O que o passado é em relação ao presente e ao futuro é determinado pela liberdade da ação antropogênica, não pela continuidade ou pelas limitações impostas pelo passado ao presente e ao futuro, que são o tradicionalismo.

A redefinição geral do tempo como historicidade do presente e como ação antropogênica é o que configura a historicidade do passado. Mais que a possibilidade de o presente ser diferente do passado, o *neue Zeit* “é indicativo de novos acontecimentos que nunca foram vivenciados desta forma”.²⁰ O *neue Zeit*, portanto, é “novo no sentido de completamente outro” em relação à continuidade escatológica do tempo e da história, “assum[indo] uma ênfase que atribui ao

¹⁸ Ibidem, p. 240.

¹⁹ Idem.

²⁰ Ibidem, p. 228, e também para a citação seguinte.

novo um caráter temporal, de época”. E, no fim do século 19, esse caráter “temporal, de época”, do novo dá ao *neue Zeit* um novo nome comum que registra, de forma diferida mas precisa, a condição-tempo do futuro em aberto: *Neuzeit*, modernidade.²¹

CONTEMPORANEIDADE

Modernidade, *Neuzeit*, significa, em suma, que o futuro do novo pode ser um novo futuro, e o passado é um novo passado, configurado por uma construção histórica antropogênica voltada para o futuro, pela ação. Para adequar o título de Hannah Arendt, a modernidade é o “condicionado pelo humano”. A inauguração e a manutenção convincentes de uma ideia de modernidade dependem de uma integração coerente desses termos – o tempo da futuridade em aberto, o presente, a ação, a historicidade – na lógica de uma história antropogênica. Essa lógica e sua substituição pela contemporaneidade são demonstradas com clareza peculiar pela vanguarda artística autodeclarada “moderna” na região do Atlântico Norte a partir do final do século 18, justo quando o termo modernidade passou a prevalecer como nome da era definida pela história antropogênica. A crítica de Peter Bürger

²¹ Ibidem, p. 224, também p. 228: “*neue Zeit* [...] pode significar de forma simples que o *Zeit* contemporâneo é, comparado ao anterior, ‘novo’, independentemente do modo de graduação. É nesse sentido que o termo *modernus* foi cunhado, e desde então não perdeu o sentido de ‘hoje’”.

à ferrenha defesa da modernidade por Theodor Adorno em meados da década de 1970 cristaliza aqui as questões-chave.²² Bürger contesta a caracterização da arte em geral por meio do Modernismo por parte de Adorno – um Modernismo entendido, por sua vez, como o novo que se opõe à tradição. Melhor dizendo, Adorno define especificamente o Modernismo como o antitradicionalismo da modernidade voltada para a estética; e Koselleck, por sua vez, enxerga nesse antitradicionalismo uma consequência da inauguração do entendimento que vê a modernidade como um evento da história antropogênica. Para Adorno, a arte é moderna no sentido de que “a autoridade do novo [é] historicamente inevitável” para ela.²³ Bürger ressalta que o novo aqui não significa novos estilos, técnicas, meios ou outras inovações que de fato constituem a história do desenvolvimento artístico, mas o novo futural da arte. Além disso, seguindo a doutrina marxista que caracteriza “sociedades essencialmente não tradicionalistas” como “burguesas”, o modernismo “ratifica o princípio burguês na arte”.

O fato de a vanguarda artística ser modernista por excelência é um truísmo, mas a crítica de Bürger elucida duas características do desenvolvimento histórico

²² Peter Bürger. *Theory of the Avant-Garde*. Trad. Michael Shaw. Minneapolis: Minnesota University Press, 1984 (ed. alemã: 1980 [1974]). [Ed. bras.: *Teoria da vanguarda*. Trad. Pedro Antunes. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.]

²³ Bürger. Op. cit., p. 29. Theodor Adorno. *Aesthetic Theory*. Trad. Robert Hullot-Kentnor. Londres: Continuum, 2002 (ed. alemã: 1970), p. 21. [Ed. port.: *Teoria estética*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.]

do modernismo que servem para demonstrar como, apesar de ser definida pelo novo futuro porvir, a lógica da modernidade é terminal, e ele mostra também como esse estado terminal é configurado. As próprias críticas de Adorno à estética têm como premissa a autonomia constitutiva da arte nas sociedades burguesas. A arte de vanguarda que ataca a institucionalização burguesa da arte precisa, então, buscar abolir a autonomia artística, “acabar com a arte como esfera separada da práxis da vida”.²⁴ Entretanto, na medida em que a superação da institucionalização burguesa se torna a história moderna da arte como uma história direcionada pelo e para o novo, a contínua corrosão da autonomia da arte pela vanguarda serve para reproduzir essa institucionalização modernista. Como Bürger observa, “os procedimentos inventados pela vanguarda com intenção antiartística estão sendo usados para fins artísticos”, inclusive para fortalecer a institucionalização da autonomia da arte que já existe.²⁵ Bürger identifica essa reversão ou inversão da “intenção” da vanguarda como a “neovanguarda”:

A neovanguarda institucionaliza a vanguarda como arte, e isso nega intenções vanguardistas genuínas. [...] Arte neovanguardista é arte autônoma no sentido pleno do termo, e isso significa que ela nega a intenção vanguardista de devolver a arte à práxis da vida.

²⁴ Bürger. Op. cit., p. 53.

²⁵ Ibidem, pp. 57-63.

Ou seja, a sustentação meta-histórica do “novo” como configurador das estratégias vanguardistas levou à reversão e à negação de seus objetivos históricos, resgatando a autonomia artística, que eram negadas em nome do vanguardismo. Para Bürger, essa reversão representa um feito perverso da vanguarda:

Os procedimentos inventados pela vanguarda com intenção antiartística estão sendo usados para fins artísticos. Isso não precisa ser considerado uma “traição” dos objetivos dos movimentos de vanguarda, [...] mas o resultado de um processo histórico [em que] o ataque [tornou] a arte reconhecível como uma instituição e também revelou sua (relativa) ineficácia na sociedade burguesa como princípio.

A neovanguarda demonstra a verdade da arte na sociedade burguesa: a arte é uma instituição autônoma. E é essa a lição que Bürger tira das teorias de Adorno sobre o modernismo, e que se mostrarão esclarecedoras para a definição de Koselleck de modernidade como uma história antropogênica configurada para um novo futuro. Para Bürger, Adorno confunde a “ruptura com a tradição historicamente única e definida pelos movimentos históricos de vanguarda” com “o princípio de desenvolvimento da arte moderna propriamente dita”. A última é uma “categoria do novo”, que Adorno “deixa de historicizar da

forma adequada”.²⁶ Isto é, Adorno se equivoca quanto ao surgimento histórico da vanguarda como um princípio transcendental da arte moderna. E é esse erro de categorização, de basear ambições artísticas historicamente situadas na categoria meta-histórica e vazia do novo – na verdade, postulando a modernidade como categoria formal (o novo como um vácuo ou um significante vazio) –, que leva à reversão dos objetivos da arte moderna, da abolição da autonomia (a vanguarda) à sua confirmação (a neovanguarda).

Bürger valida a vanguarda histórica ao delimitar a necessidade historicamente específica de sua novidade, adequada então à tarefa de negar a condição burguesa da arte por um período. Mas é sua elaboração das consequências a partir da generalização que Adorno faz do novo como princípio da arte moderna que prevê, em primeiro lugar e acertadamente, o desenvolvimento subsequente da arte a partir dos anos 1970 – sua transmutação em arte contemporânea (AC) – e, em segundo lugar, fornece o exemplo esclarecedor das consequências da modernidade como história antrópica – sua transmutação em contemporaneidade. Essas conclusões partem da principal objeção de Bürger em relação à definição de arte moderna proposta por Adorno. Para Bürger, esse tipo de determinação do novo “não fornece nenhum critério para distinguir entre a novidade como modismo (arbitrária) e aquela historicamente necessária”. Como pre-

²⁶ Ibidem, p. 60-61.

missa meta-histórica formal, a importância histórica de qualquer caso específico de novidade não pode ser apreendida. Conseqüentemente, o único recurso de Adorno para determinar a categoria do novo é o paradigma da sociedade da mercadoria, que é perpetuada pelos bens de consumo. O que é novo na arte, e para a arte, é então indistinto de outra opção na dimensão comum da troca de mercadorias, um item de consumo organizado pela diferença, não pela necessidade histórica. Segundo Bürger,

por meio dos movimentos de vanguarda, [...] a sucessão histórica de técnicas e estilos foi transformada em uma simultaneidade do radicalmente díspar (*Gleichzeitigkeit des radikal Verschiedenen*). A consequência é que nenhum movimento nas artes hoje tem legitimidade para se declarar historicamente mais avançado como arte que qualquer outro.

A “simultaneidade do radicalmente díspar” significa que a neovanguarda, ao perpetuar um vanguardismo esquemático, dita o fim de qualquer noção de progresso artístico. A história do desenvolvimento artístico é substituída pela simultaneidade de uma nova arte amorfa, não distinguível dos demais mercados de mercadorias em expansão. A simultaneidade amorfa e a equivalência à mercadoria de uma arte que endossa sua autonomia social é um resumo conciso do desenvolvimento sócio-histórico da AC subsequente à identificação da neovanguarda por Bürger.

Para Peter Osborne, essa simultaneidade constitui a contemporaneidade da arte contemporânea.²⁷ A conversão do novo, de critério historicamente situado em categoria vazia, significa que a AC é distinta da arte moderna, mas por esse mesmo motivo é também a continuação da lógica e da historicidade da arte moderna, agora estendidas e contrapostas à última (e isso vale ainda para a teorização do próprio Adorno sobre a teoria estética).²⁸

PÓS-HISTÓRIA

O erro de Adorno identificado por Bürger não pode, no entanto, ser desconsiderado como erro de categorização nem particularizado como limitação de seu sistema filosófico. Se, como sugere Koselleck, a modernidade é a era da inauguração constante da história antropogênica em um tempo que determina o novo como uma categoria formal e geral, o modernismo da vanguarda, como Adorno o define, é a arte adequada à modernidade. A crítica de Bürger ao fato de a neovanguarda se reverter na perpetuação da sociedade da mercadoria indexa, por meio da arte, o encerramento da era da modernidade, uma era que proporcionou liberdade e autonomia de ação como

²⁷ Peter Osborne. *Anywhere or Not at All: Philosophy of Contemporary Art*. Londres: Verso, 2013, cap. 1; *A Postconceptual Condition*. Londres: Verso, 2018, Parte Um.

²⁸ Bürger. Op. cit., p. 63.

futuridade iniciada de maneira antropogênica. A era se conclui ao prosseguir de forma modificada como contemporaneidade, uma nova época subsequente à modernidade cujas características são agora em parte delineadas pela generalização do caso da conversão da arte para além do modernismo. Essa caracterização leva à determinação do contemporâneo como uma formação pós-moderna distinta, que junta sequenciamento temporal e história, para a qual o futuro não é a condição para a história, mas, em vez disso, é “cancelado”. Contudo, ela também determina a crítica àquela determinação, agora padrão, da pós-modernidade como um erro de diagnóstico modernista, de como a época decorrente da modernidade de fato configura o tempo e a historicidade.

A distinção entre contemporaneidade e modernidade tal como Koselleck a deduz (e Adorno com ele) pode ser demonstrada pela comparação direta entre a transformação da “sucessão histórica de técnicas e estilos [...] em uma simultaneidade (*Gleichzeitigkeit*) do radicalmente díspar” que define a contemporaneidade na arte, e a simultaneidade na modernidade, tal como identificada por Koselleck. Lembremos que para ele o tempo na modernidade é distinto da equivalência histórica entre uma época e outra definida pelo horizonte de expectativa da escatologia eurocristã. A modernidade ordena a história de acordo com um horizonte de expectativa antropogênico apenas no tempo. Esse ordenamento temporal não só é claramente sequencial – o passado, então o presente,

então o futuro –, mas é também uma priorização do novo em detrimento da condição histórica existente ou passada. O nome dado a esse ordenamento temporal historicizante, reiterado por Koselleck, é desenvolvimento: “Do século 17 em diante, a experiência histórica passou a ser cada vez mais ordenada pela hierarquia produzida por meio de uma consideração da melhor constituição existente ou do estado do desenvolvimento (*Entwicklung*) científico, técnico ou econômico”.²⁹

Essa ordenação de desenvolvimento intrínseco à modernidade é chave para sua ampliação geo-histórica. Como a história antropogênica que define a modernidade é intrínseca e necessariamente uma história mundial, as sociedades modernas calibram o outro conforme sua própria hierarquia de desenvolvimento:

A expansão geográfica do globo trouxe à luz níveis culturais variados mas coexistentes, que então foram, pelo processo de comparação sincrônica, ordenados diacronicamente. [...] Comparações promoveram o surgimento, na experiência, de uma história mundial que foi cada vez mais interpretada em termos de progresso.³⁰

A comparação entre culturas segundo uma hierarquização especificamente euromoderna de desenvolvimento histórico sanciona o racismo da modernidade

²⁹ Koselleck. Op. cit., p. 238.

³⁰ Idem, e também para a citação seguinte.

do Atlântico Norte, como Koselleck ressalta nos colchetes da citação anterior: “A visão da Europa civilizada em relação à América bárbara era um olhar para trás”. Com base no ordenamento diacrônico de culturas geoespaciais distintas de acordo com uma cronologia integrada de desenvolvimento histórico, o racismo euromoderno tem sido a organização estruturante que autoriza a extração e a subjugação por parte dos automeados agentes do progresso.

Em sua composição histórica, a “experiência fundamental de progresso” que estrutura a euromodernidade requer a junção de diversas culturas diferentes umas das outras, de “não contemporaneidades” (*Ungleichzeitigen*) que existem em um tempo cronologicamente uniforme (*gleicher*). Ou seja, a ampliação geoterritorial euromoderna reúne culturas heterogêneas e desconectadas como “não contemporâneas” da modernidade, ao situá-las no tempo comum do progresso, que é o tempo unificado definido pela história antropogênica determinadora de um novo futuro. Koselleck chama esse tempo de contemporaneidade:

A contemporaneidade de não contemporâneos (*Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen*), inicialmente resultado da expansão marítima, se tornou o arcabouço básico para a construção progressiva de uma história mundial cada vez mais unificada desde o século 18. No final deste século, o coletivo singular “progresso” foi cunhado na língua alemã, abrindo todos os domínios da vida

com perguntas sobre “antes de”, ou “depois de”, e não só “antes” e “depois”.³¹

Apesar de suas semelhanças na teorização de Koselleck e de Bürger, o uso de “contemporaneidade (*Gleichzeitigkeit*)” para significar a apresentação de particularidades consideradas díspares em uma configuração dominante não deve levar a uma identificação semântica. Os dois usos de contemporaneidade são distintos. Culturas distintas são calibradas na modernidade segundo um “tempo cronologicamente uniforme” de acordo com uma “construção progressiva da história mundial”, como Koselleck especifica e Adorno estipula para o modernismo em geral e a vanguarda em particular. Bürger, por outro lado, argumenta que a simultaneidade de movimentos artísticos “radicalmente díspares” característica da neovanguarda é tal que nenhum deles “pode ter legitimidade para se declarar historicamente mais avançado que qualquer outro como arte”.³² Diferente da modernidade, a contemporaneidade da neovanguarda é sem-progresso, uma proliferação de nova arte desprovida de desenvolvimento.

Em outras palavras, a contemporaneidade do radicalmente díspar que caracteriza a neovanguarda é distinta da modernidade de Koselleck pelo fato de que a proliferação de arte nova na neovanguarda não

³¹ Koselleck. Op. cit., p. 246.

³² Bürger. Op. cit., p. 63.

é a realização de uma história antropogênica organizada por um futuro – não é ação no sentido moderno (arendtiano) –, mas a proliferação de arte nova simultânea e díspar do que é, tem sido e será. Nessa lógica da atualização, a arte é então sempre apenas atual (*Zeitgenössische*, que é o termo alemão para o que em inglês [e português] é o “contemporâneo” da arte contemporânea). Em relação à composição caracteristicamente euromoderna da história identificada por Koselleck, e como mostra a ampla dinâmica transformacional metaestável da AC, a contemporaneidade da AC é então pós-histórica e, portanto, nesse sentido, não trivial, pós-moderna.³³

³³ Ver: Arthur C. Danto. *After the End of Art: Contemporary Art and the Pale of History*. Princeton: Princeton University Press, 2014 [1997]. Danto propõe a pós-história da arte decorrente de seu “fim”: “a arte contemporânea [...] não tem nenhum programa contra a arte do passado, nenhum sentido de que o passado é algo de que se liberar, nem mesmo um sentido de que é diferente como arte da arte moderna em geral. Parte do que define a arte contemporânea é que a arte do passado esteja disponível para tal uso como os artistas desejarem” (p. 5). A tese de Danto foi publicada pela primeira vez de forma explícita em 1984, reconhecendo o argumento de Hans Belting, de 1983, pelo fim da arte, baseado na ideia de que a “narrativa grandiosa” do desenvolvimento artístico é irredimível. Ver: Hans Belting. *The End of the History of Art*. Trad. Christopher S. Wood. Chicago: University of Chicago Press, 1987 (ed. alemã: 1983). A caracterização de Belting lembra a inovadora concepção de pós-modernismo de Jean-François Lyotard, em 1979, como a “incredulidade” em relação a narrativas grandiosas de progresso, substituídas então por pequenas narrativas sem uma lógica de desenvolvimento abrangente. Ver: Jean-François Lyotard. *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Trad. Geoff Bennington e Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993 (ed. francesa: 1979). [Ed. bras.: *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1986.]

Pós-história não significa que nada há de novo, de diferente, de singular, ou que não existe nenhuma disparidade simultânea. Pelo contrário: a proliferação que a AC valida e perpetua é o que Koselleck chama horizonte de experiência – memória, experiência vivida, o arquivo, o presente –, e cada nova experiência de arte incrementa e enriquece a experiência como um todo. Pós-história designa a contemporaneidade da experiência antropogênica aditiva mas sem-progresso. Ao contrário, então, do tempo condicionado pelo futuro da historicidade moderna, a proliferação de passados, presentes e futuros concomitantes é sequenciada em uma experiência contígua; acontecem antes ou depois uns dos outros como alterações da contemporaneidade. A distinção ordenada da sequência temporal é corroída em favor de sua simultaneidade. E essa corrupção da ordem temporal da modernidade significa não só a des-historização do novo, mas também a des-historicidade do tempo.

DEFUTURIDADE

Ao incorporar o horizonte de expectativa ao horizonte de experiência, a contemporaneidade passa a implicar a destruição do primeiro em seu sentido moderno. Sem-progresso, defuturalizando tanto o presente quanto o novo (mesmo como categoria formal), a pós-história da contemporaneidade é pós-moderna, em termos abrangentes e terminais.

Franco “Bifo” Berardi e Mark Fisher caracterizam o período que vem desde o início do século 21 nessas linhas, como uma época de contemporaneidade pós-histórica. Para Berardi, ele é uma distorção existencial sentimental-fenomenológica operada pela formação neoliberal do trabalho e da economia que desfaz a possibilidade política de um futuro transformador; para Fisher, essas condições são antes implementadas socioculturalmente pela neoliberalização das instituições, inclusive as tecnologias de reprodução digital:

Franco “Bifo” Berardi menciona o “lento cancelamento do futuro iniciado nos anos 1970 e 1980. Mas quando digo ‘futuro’ [ele elabora] não me refiro à direção do tempo. Penso, na verdade, na percepção psicológica, [...] nas expectativas culturais que foram fabricadas durante o longo período da civilização moderna, [...] forjado no arcabouço conceitual de um desenvolvimento sempre em progresso”. O lento cancelamento do futuro tem sido acompanhado por um esvaziamento das expectativas. [...] A própria distinção entre passado e presente está se esfacelando. Em 1981, a década de 1960 parecia muito mais distante do que hoje. Desde então, o tempo cultural dobrou sobre si mesmo, e a impressão de desenvolvimento linear deu lugar a uma estranha simultaneidade.³⁴

³⁴ Mark Fisher. *The Ghosts of My Life: Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures*. Alresford: Zero Books, 2014, pp. 7-8. Franco “Bifo”

Em outras palavras: contemporaneidade, estendida agora para além de sua derivação na AC até a totalidade da composição sociocultural, que pode, então, se chamar sociedades contemporâneas.

Levando em conta a contribuição de Frederic Jameson para essa determinação da pós-modernidade (desenvolvida a seguir), o “lento cancelamento do futuro” pode ser chamado tese Berardi-Fisher-Jameson (BFJ) de contemporaneidade pós-histórica. Identificada como o desfuturação do novo, a tese BFJ, no entanto, requer uma emenda. Especificamente, como des-historicidade da modernidade, a contemporaneidade se refere, sim, à “direção do tempo”: a contemporaneidade corrompe o tempo como historicidade. Além disso, a contemporaneidade é a substituição do horizonte de expectativa pela aventura de novas experiências, e a des-historicidade do tempo não abole por completo uma sequência temporal, mas a reconfigura como uma disparidade simultânea de vários antes e depois em uma experiência pós-histórica metaestável. Há apenas um íterim: a duração. O “esvaziamento das expectativas” que marca a contemporaneidade,

Berardi apud Fisher. *After the Future*. Tradução: Arianna Bove, Melinda Cooper, Eric Empson, Enrico Giuseppina Mecchia e Tiziana Terranova. Oakland: AK Press, 2011, pp. 18-19. A caracterização de Fisher da dobra do tempo cultural (pop) sobre si mesmo remete a: Simon Reynolds. *Retromania: Pop Culture's Addiction to its Own Past*. Nova York: Faber and Faber, 2011. Para William Gibson, invocar “qualquer tipo relevante de letramento e fluência histórica na recombinação” é uma “atemporalidade”. Ver: @GreatDismal, Twitter, 25 maio. 2009. Disponível em: <twitter.com/GreatDismal/status/1918556578>. Acesso em: maio 2018.

então, não é a erradicação da modernidade, mas seu esgotamento. Há dois corolários:

1. Partindo dos termos de Koselleck, essa modernidade esgotada acontece “depois” da modernidade – ou houve uma modernidade “antes” dela –, e, por isso, a modernidade faz parte da experiência contemporânea. Isto é, a contemporaneidade não é moderna, mas a modernidade ainda é contemporânea. A modernidade, então, não é anterior ao contemporâneo, um passado do contemporâneo que não pode ser resgatado como uma composição social, mas apenas uma parte de seu presente, que pode ser incongruente com outros aspectos do contemporâneo e, no entanto, não é superada nem pode superá-lo.

2. A des-historicidade do passado, do presente e do futuro na contemporaneidade é um anverso simétrico laico da escatologia eurocristã revogada pela modernidade. Vale lembrar que o esquema trans-histórico terminal da escatologia eurocristã preestabelece os termos e a conclusão de toda experiência e expectativa, de modo que “nada fundamentalmente novo surgiria”. A des-historicidade que define a contemporaneidade replica essa determinação trans-histórica, mas amplifica a renovação de uma experiência contígua sem que nada fundamentalmente novo surja em seu lugar. Além do mais, essas duas des-historicizações em ambos os lados de modernidade são inversões simétricas uma da outra: enquanto a escatologia eurocristã fundamenta a experiência presente no horizonte específico de expectativa do Juízo Final – um

futuro que é não é novo, mas é garantido e conhecido no eurocristianismo pré-moderno –, a contemporaneidade, por outro lado, refundamenta a expectativa com base em uma experiência presente agora.

Ambas as formações trans-históricas propõem uma organização extra-histórica terminal da história, mas de forma distinta: para a escatologia eurocristã, esse término a-histórico é a ordem divina do Juízo Final; para a contemporaneidade, como a tese BFJ ressalta, o término pós-histórico é o próprio presente mutável – ou, para completar a simetria com a escatologia eurocristã, sua extinção. Por sua vez, a elaboração dessas duas terminações da contemporaneidade demonstra – como a neovanguarda em relação à condição burguesa da arte – como a crítica BFJ da contemporaneidade retrocede à condição que afirma repudiar e a promulga. As duas terminações são:

– *O presente terminal*. A tese de Fisher sobre o realismo capitalista anuncia a capitulação socioeconômica da contemporaneidade terminal: “A sensação generalizada não só de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, mas de que é agora impossível até imaginar uma alternativa coerente”.³⁵ Essa impossibilidade é, como Jameson argumenta, a eliminação de um horizonte de expectativa

³⁵ Mark Fisher. *Capitalist Realism: Is There No Alternative?*. Alresford: Zero Books, 2009, p. 2. [Ed. bras.: *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo?*. Trad. Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.]

que não seja uma extensão de experiência presente, cuja experiência passa a ser a condição terminal de toda futuridade. É a ausência da história antropogênica, de uma historicidade direcionada para um novo futuro.³⁶ O “cancelamento” de um novo futuro diferente do presente configura um fim dos tempos do presente, do passado e do futuro na contiguidade de variações da experiência, sem o caráter final da escatologia eurocristã; a contemporaneidade incessante de um íterim sem fim.

– *A extinção do presente.* Ainda assim, o final escatológico retorna a essa composição da contemporaneidade, com a própria crítica BFJ. O slogan “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”, atribuído a Jameson, implicitamente argumenta que a contemporaneidade pode ser abandonada ou superada, mas só pelo fim do capitalismo ou do mundo (pela catástrofe ecológica, por exemplo).³⁷

³⁶ Essa é uma constante na escrita de Jameson sobre a pós-modernidade. Ver, por exemplo, a afirmação em “The Aesthetics of Singularity”: “O cerne de qualquer narrativa sobre a pós-modernidade [...] [é] uma dissolução tanto do passado quanto do futuro, uma espécie de aprisionamento contemporâneo no presente [...], uma perda existencial mas também coletiva de historicidade, de tal modo que o futuro se esvai como impensável ou inimaginável, enquanto o passado se transforma em imagens empoeiradas”. É estranho que Jameson se refira a essa condição como uma “volatilização da temporalidade” (p. 120), e não como seu esvaziamento.

³⁷ Frederic Jameson. “Future City”. *New Left Review*, n. 21, maio-jun. 2003, p. 76. Jameson se refere aqui à J. G. Ballard como uma “coordenada melhor” que o cyberpunk para o imaginário apocalíptico da “pseudotemporalidade alvoroçada da matéria em mutação infundável ao nosso redor”, definida como “espaço-lixo” por Rem Koolhaas. A afirmação de Jameson é uma paráfrase, sem menção à fonte, das críticas de H. Bruce Franklin

Apesar de o imaginário do fim do mundo entranhar a impassibilidade do capitalismo, o fim do capitalismo representa a possibilidade utópica de superar o contemporâneo. Jameson observa: “No momento e em nossa atual situação histórica, um sentido de história só pode ser reacendido por uma visão utópica para além do horizonte do nosso sistema globalizado, que parece complexo demais para ser representado em pensamento”.³⁸ Apenas um futuro radicalmente novo, como o fim do mundo ou o fim do capitalismo, pode superar a condição atual. Jameson argumenta que esse “reacender” seria uma “historicidade genuína” que, com Koselleck, a definiria como uma modernidade. Mais significativo que o fim do mundo, então, a tese BFJ pressupõe esses fins – do planeta, do capitalismo e de outras condições – como futuros transformados, distintos do presente, e como a continuação da experiência. Essas várias escatologias são o preço do pós-contemporâneo como modernidade resgatada.

O apelo de Jameson à historicidade como estratégia de fuga da contemporaneidade é um recurso tipica-

a Ballard, de que este estava limitado a “projetar a estrutura social malfadada na qual ele existe”, em vez de um projeto utópico para o mundo. “O que Ballard poderia criar se fosse capaz de imaginar o fim do capitalismo não como o fim, mas o início de um mundo humano?” Ver: H. Bruce Franklin. “What Are We to Make of J. G. Ballard’s Apocalypse?”. In: Thomas D. Clareson (org.). *Voices For The Future: Essays On Major Science Fiction Writers Bowling Green University Popular Press*, 1979, v. 2. pp. 82-105. Disponível em: <jgballard.ca/criticism/ballard_apocalypse_1979.html>. Acesso em: jan. 2021.

³⁸ Jameson. “Aesthetics of Singularity”, p. 121.

mente modernista. Como foi observado, no entanto, a modernidade é acomodada, de toda forma, dentro do contemporâneo como mais um de seus momentos díspares. Entre outras utopias, então, a contemporaneidade dita que a modernidade da tese BFJ, como demanda de um novo futuro pós-capitalista, seja em si esvaziada; só mais uma ficção de futuro limitada por uma contemporaneidade pós-histórica díspar. Na mesma linha, a tese BFJ não apenas diagnostica o contemporâneo como uma condição e uma estrutura de des-historicidade: ela também ensaia a contemporaneidade que pretende revogar e é esvaziada por ela. Crítica modernista da contemporaneidade, a tese de BFJ retoma a reversão neovanguardista do Modernismo, promovido de instituição específica da autonomia da arte nas sociedades burguesas à generalidade de uma ideia de contemporaneidade configurada pela totalidade socioeconômica do capitalismo.³⁹

³⁹ Isso porque a tese é marxista, portanto, prescreve um horizonte de comunismo, que é justamente um horizonte de expectativa que estrutura o presente direcionado para um novo futuro, distinto de si. Sobre esse formato escatológico, elaborado em um momento do texto principal, ver: Jacques Derrida. *Specters de Marx: The State of the Debt, the Work of Mourning, and the New International*. Tradução: Peggy Kamuf. New York: Routledge, 2006 [1993]. [Ed. bras.: *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.] Derrida qualifica o marxismo de “messiânico sem messianismo”, ao propor “uma certa experiência da promessa emancipatória”, de acordo com “a formalidade de um messianismo estrutural” (p. 74). Na visão de Derrida, para ser avalizada no marxismo de forma absoluta, essa estrutura messiânica é diferenciada do messianismo, que tem uma “determinação metafísico-religiosa” e dá uma identidade específica ao termo dessa promessa (p. 111). Como essa estru-

RISCO

Juntas, modernidade e contemporaneidade podem ser identificadas em retrospecto como a história (*Historie*) da emergência e do esvaziamento da historicidade antropogênica no tempo segundo uma matriz determinada pela escatologia eurocristã, que é a precursora de ambas. É a história da migração da determinação “extra-histórica” do tempo do divino para novas experiências esvaziadas do presente pós-histórico, a terminação de sua história em comum no mundo antrópico. Depois de identificada essa matriz da escatologia eurocristã secularizada, cabe concluir, no entanto, que ela é suplantada por outra configuração pós-moderna, reconhecida de forma equivocada pela identificação da contemporaneidade e sua crítica BFJ. O que está disponível em teoria é uma composição do futuro distinta da que prevaleceu ao longo de sua história desde a dominação do eurocristianismo no Atlântico Norte a da euromodernidade como história mundial, um novo futuro para o futuro.

A premissa para a sugestão da contra-pós-modernidade proposta aqui é o desenvolvimento – nas escalas da economia, da organização e da logística – adequa-

tura messiânica de emancipação propõe uma determinação formal e meta-histórica de justiça via marxismo, a teorização de Derrida está sujeita à mesma crítica que Bürger faz a Adorno a respeito da transcendentalização do novo no modernismo, só que agora em relação ao capitalismo como um todo, como contemporaneidade socioeconômica, que é reforçada por sua crítica marxista e, ainda mais, pelo que é “indesconstruível” na desconstrução (p. 33).

do à globalização, incluindo o avanço da intermediação técnica e simbólica, e a coordenação da organização social, econômica e legal-regulatória cada vez mais complexa. Esses desenvolvimentos das sociedades integradas complexas de larga escala (SoICLE), como são designadas em geral aqui, são as configurações materiais, simbólicas e infraestruturais forjadas pela expansão geoeconômica da euromodernidade, a princípio pelo colonialismo, depois por um capitalismo planetário que até agora também se concentrou no Atlântico Norte.

Esse desenvolvimento se intensificou desde a década de 1990 pela computação digital onipresente, mas, como processo histórico e semanticamente integrado, é determinado pela modernidade identificada por Koselleck: o resultado de uma história antropogênica integrada como a história mundial. Porém, enquanto a modernidade é estruturada por um horizonte de expectativa, um novo futuro distinto do presente, por comparação, o que distingue as SoICLE é que a futuridade do novo é sua condição de funcionamento, a premissa operacional para sua organização e desenvolvimento técnico, material e simbólico. Essa identificação do ordenamento temporal das SoICLE reconhece, por exemplo, a rápida expansão do crédito como base para as operações econômicas e monetárias desde a desregulamentação das instituições financeiras nos anos 1980. Embora o crédito sempre tenha sido calculado como um empréstimo cujo pagamento é baseado na renda futura a ser gerada, a

financeirização estabelece essa premissa como base para expansão econômica em todas as escalas.⁴⁰ Da mesma forma, infraestruturas transnacionais de seguros, saúde, energia e agricultura (todas intensamente corporativizadas) são também típicas das SoICLE, assim como outras previdências sociais básicas, como moradia, bem-estar social, administração da mudança climática, grandes cadeias logísticas e os modelos antecipatórios que governam as configurações militares e de segurança. Esses e outros componentes da estruturação dinâmica e transformativa das SoICLE são constituídos por antecipações do futuro não como um horizonte de expectativa, mas como a premissa real e presente de suas operações técnicas, econômicas, sociais e simbólicas.

O ponto central aqui é que o futuro desconhecido – que pode ser novo ou não – é a precondição para o presente nas SoICLE, é a característica que as define. E a principal questão teórica é que o futuro operacionalizado e manifestado nas SoICLE não é, então, a escatologia de um novo futuro que virá, como para a modernidade, mas uma precondição material-simbólica no cálculo do futuro desconhecido, uma composição especulativa do presente. E, em comparação com as equivalências de passado, presente e futuro em uma continuidade de novas experiências que configu-

⁴⁰ Ver: Greta R. Rippler. *Capitalizing on Crisis: The Political Origins of the Rise of Finance*. Cambridge: Harvard University Press, 2012; e Martijn Konings. *Capital and Time: For a New Critique of Neoliberal Reason*. Stanford: Stanford University Press, 2018.

ram a contemporaneidade, as SoICLE operacionalizam o futuro como desconhecido e distinto do horizonte de experiência. Ou seja, as SoICLE substituem a estrutura temporal esvaziada de “antes” e “depois”, característica da contemporaneidade, pelo “antes de” e “depois de” operacionais, intrínsecos à sua composição funcional. Acontece que nessa configuração o futuro vem operacional, estrutural e sistematicamente “antes do” presente. Em sua lógica e seu ordenamento temporal, o futuro é o passado, e isso reorganiza o que o futuro pode ser. Igualmente, o presente vem “depois do” futuro, é o futuro do futuro.

A complexa configuração na qual o futuro transforma o presente e o futuro mesmo antes que o presente tenha acontecido, e o presente é a ocasião de um futuro desconhecido, é o complexo temporal especulativo (CTE).⁴¹ Como reordenamento da sequência temporal, o CTE mantém o caráter moderno da irreduzibilidade do futuro ao presente e ao passado, revogando o esvaziamento do ordenamento temporal que define a contemporaneidade. No entanto, ele também revoga a estrutura escatológica da modernidade, para a qual o novo futuro é uma escatologia ausente, mas conhecida. O CTE é a configuração esquemática do futuro desconhecido como condição operacional prévia do presente configurado pelas SoICLE.

⁴¹ Armen Avanesian e Suhail Malik. “The Speculative Time Complex”. *The Time Complex: Post-Contemporary*. Miami: Name Publications, 2016, pp. 5-56. Disponível em: <dismagazine.com/discussion/81924/the-time-complex-postcontemporary/>. Acesso em: jan. 2021.

Vamos chamar o presente que internaliza a futuridade como sua premissa material-simbólica-sistêmica intrínseca de presente especulativo. Especulativo, em parte porque o CTE exacerba de forma intensiva e extensa a historicidade futural que define a modernidade, mas sem a segurança de seu ordenamento semântico. Isto é, a premissa operacional do futuro incerto ao mesmo tempo estipula e solapa a tarefa da história antropogênica identificada por Koselleck como “planos sociais e políticos para uma ação programada que aponta para o futuro”. Essa historicidade futural é intrínseca ao presente especulativo, é sua base, que também é a modificação da futuridade moderna em relação à dimensão intensiva e extensa do presente:

– *Futuridade intensiva*. Ao migrar do ordenamento horizontal da história antropogênica para a premissa operacional inerente das SoICLE, o tempo é intrinsecamente constituído por sua historicidade futural. Como consequência, a historicidade da escatologia unificadora do novo futuro que define a modernidade como uma tarefa convincente se desintegra. Em seu lugar, há a multiplicidade de mobilizações especulativas específicas de futuros compostos de cada presente. Cada tempo presente do CTE é então internamente composto pela proliferação de historicidades múltiplas, desintegradoras. Chamar a historicidade futural social e sistemicamente arraigada do tempo no CTE de ultra-historicidade serve para distingui-la de sua precursora moderna.

– *Futuridade extensa*. A condição operacional do presente especulativo é a incerteza inerente ao futuro. A decorrente limitação e a restrição necessária e intrínseca a extrapolações do futuro por cálculo ou planejamento significam que ações e projetos feitos no presente especulativo são riscos, na melhor das hipóteses, e esses riscos proliferam com a desintegração do novo futuro. Além do mais, o risco não é apenas a premissa do presente especulativo; ele é também materializado mais uma vez e recomposto a cada materialização do CTE. Compostas pelo risco e por sua proliferação, as SoICLE são apenas uma extensão do que Ulrich Beck e outros, desde meados da década de 1980, têm chamado de sociedades de risco – sociedades para as quais as consequências do conhecimento e da ação são constitutivamente incompletas no momento em que se delineiam.⁴²

Decisões tomadas nas sociedades de risco em qualquer presente são vulneráveis a eventualidades que só podem ser parcialmente planejadas. Para

⁴² Ulrich Beck. *Risk Society*. Trad. Mark Ritter. Londres: Sage, 1992 [1986]. [Ed. bras.: *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.] Ulrich Beck. *World at Risk*. Trad. Ciaran Cronin. Oxford: Polity, 2008 [2007]. Ulrich Beck e Elisabeth Gernsheim. *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. Trad. Patrick Camiller. Londres: Sage, 2002. Para outras teorizações sobre sociedades de risco, ver: Anthony Giddens. *The Consequence of Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1990. [Ed. bras.: *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1994.] Niklas Luhmann. *Risk: A Sociological Theory*. Trad. Rhodes Barrett. Nova York: Routledge, 2017 [1991]; e Esposito. Op. cit.

Beck, esses limites são impostos por restrições empíricas e antropológicas: riscos não são apenas as consequências desconhecidas da ação presente, mas são também sistêmicos e integrados, e ficam em aberto. Beck identifica três dimensões concomitantes dessa “deslocalização”:

1. Espacial: os novos riscos (a mudança climática, por exemplo) atravessam fronteiras nacionais e até continentes.

2. Temporal: os novos riscos têm um longo período de latência (os resíduos nucleares, por exemplo), então, seus efeitos futuros não podem ser determinados e contidos de modo confiável; além disso, o saber e o não saber estão mudando, de forma que a própria questão de quem é afetado fica temporariamente em aberto e continua a ser contestada.

3. Social: como os novos riscos são resultado de processos complexos, que envolvem longas cadeias de efeitos, suas causas e seus efeitos não podem ser determinados com precisão suficiente (crises financeiras, por exemplo).⁴³

Num certo sentido, a teoria das sociedades de risco apresenta o argumento trivial de que, como história antropogênica futura, a modernidade está sujeita a contingências futuras, cuja realidade é desconhecida no momento da ação. Essa trivialidade, no entanto, não indica o resultado significativo do risco como redefinição da configuração moderna da histórici-

⁴³ Beck. *World at Risk*, p. 52.

dade futural do tempo, separando em definitivo a historicidade-tempo do CTE da composição laica da escatologia eurocristã, cuja matriz configura a modernidade da qual o CTE é o resultado histórico. Elaborar esse resultado levará à identificação conclusiva das condições para uma política e uma arte adequadas ao CTE, que é também a revogação da contemporaneidade e a recomposição do que devem ser a política e a arte.

CONTRACONTEMPORÂNEO

Sociedades de risco são aquelas para as quais o novo futuro que define a história antropogênica – o plano – é em si suscetível a contingências futuras que podem ser identificadas em parte (por contenção de riscos), mas também por outras que não. A ultra-historicidade do presente especulativo corrompe as condições laico-escatológicas da modernidade, inclusive a história antropogênica, e a historicidade futural do presente especulativo passa a ser contingente no tempo. O presente especulativo é, então, contramoderno. O futuro é apenas a premissa para a incerteza no presente, o que não significa proscrever a possibilidade de planos satisfatórios ou da história antropogênica. Pelo contrário, o CTE determina que o futuro pode ser redefinido. Mas, se o risco é grande demais, qualquer novo futuro definitivo é indefensável. Ao exacerbar a dinâmica histórica do tempo como historicidade via

integração social sistêmica que constitui as SoICLE, a composição de risco do CTE é definitivamente separado da modernidade. Ainda assim, como as SoICLE são em si um resultado da história mundial abrangente, e seu desenvolvimento é determinado pela modernidade, as sociedades de risco são definitivamente pós-modernas.⁴⁴

Da mesma forma, no entanto, a prioridade, no CTE, de uma futuridade deslocalizada e incógnita para a experiência significa que a modernidade tal como definida pelo horizonte de expectativa é suplantada para o presente especulativo não pelo horizonte de experiência, como para a contemporanei-

⁴⁴ No início dos anos 1990, Giddens propôs que aquilo que era então chamado muitas vezes de pós-modernidade não era a superação da modernidade, mas “o entendimento de si mesma pela modernidade”, sua “radicalização”. Ver: Giddens. *Consequences of Modernity*, pp. 48-52. A convergência do argumento de Giddens com a caracterização da pós-modernidade contracontemporânea é, no entanto, obstruída por sua caracterização da modernidade pré-reflexiva (que caracteriza o Iluminismo para Giddens) como herdeira da composição pré-moderna anterior de “providência divina, que é substituída pelo progresso providencial” de acordo com a razão, assim “substitu[indo] um tipo de certeza por outro”, proporcionando, então, uma base para a validação europeia de sua dominação colonial, como Koselleck também observa. A tese de Koselleck, no entanto, é que a história pode ser refeita como modernidade justamente porque, embora seu formato seja escatológico, renuncia a todas as determinações extra-históricas. O que Giddens chama de modernidade reflexiva é apenas a modernidade segundo Koselleck. Exceto que: a) a noção de modernidade reflexiva propõe que a historicidade é aberta sem qualquer configuração escatológica – que é a pós-modernidade, de acordo com o principal argumento aqui desenvolvido; b) essa pós-modernidade em si assume dois formatos: a contemporaneidade e a composição contracontemporânea do CTE, cuja distinção não está disponível para Giddens por motivos históricos e teóricos.

dade, mas por sua historicidade temporal intrínseca e contingente. Ou seja, embora o embaralhamento das sequências temporais-padrão de passado, presente e futuro seja comum à contemporaneidade e ao CTE, a primeira é caracterizada pelo esvaziamento do ordenamento temporal em favor da contiguidade da experiência, enquanto a ultra-historicidade do CTE mantém, mas reverte a distinção temporal da modernidade, exacerbando, em vez de esvaziar, a futuridade do presente. A pós-modernidade do presente especulativo é então contracontemporânea bem como contramoderna, assim como as SoICLE operacionalizadas nessa premissa.

Como ambas são contramodernas e contracontemporâneas, o risco operacional característico do presente especulativo não corresponde a nenhuma subvariante da escatologia secularizada. O CTE mantém e estende a historicidade futurista que inaugura a modernidade, da composição moderna do novo e de futuros, mas agora completamente desligada da configuração eurocristã residual, determinando em vez disso a configuração de futuros que são globais de forma abrangente. A historicidade do presente especulativo exacerba sua dinâmica moderna, mas em uma escala deslocalizada e sem um futuro determinado.⁴⁵ Para

⁴⁵ A caracterização de Benjamin Bratton do “cálculo planetário” como uma “megaestrutura acidental” proporciona um exemplo notável da construção das SoICLE. Ver *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2016, §2. A mudança climática e o Antropoceno oferecem outro exemplo do futuro em escala global como risco. Ver:

usar os termos de Jean-François Lyotard, a “narrativa grandiosa” característica da modernidade não só é complementada por um número qualquer de precauções calculadas contra contingências, mas a própria construção histórica, segundo esse plano, é ofuscada pelo risco deslocalizado e pelas “pequenas narrativas” contingentes e provisórias de sua administração.

Isso serve para reiterar o seguinte: as sociedades de risco e o presente especulativo são, em larga escala, integrados, complexos – e futuristas. A pós-modernidade do CTE não é, então, o “cancelamento do futuro”, como argumenta a tese BFJ, mas o ordenamento inverso da sequência temporal da escatologia laica da modernidade. De forma mais precisa, apesar de a pós-modernidade de risco corromper o futuro que organiza a modernidade, esse “cancelamento” não se deve à ausência ou à retirada da futuridade, como afirma a tese BFJ, mas a um excesso contra-temporâneo de futuridade. A modernidade é exacerbada de tal modo que é usurpada pela contra-pós-modernidade do CTE. Isto é, teorizado fora da lógica da tese BFJ, o futuro é “cancelado” não porque está ausente ou é re-

Ulrich Beck. *The Metamorphosis of the World: How Climate Change is Transforming Our Concept of the World*. Cambridge: Polity Press, 2016. [Ed. bras.: *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.] A necessidade de integração e complexidade é também demonstrada pela conjunção dessas duas configurações em escala global: tratar a mudança climática e o Antropoceno de forma histórica, prospectiva e política requer ordens planetárias de computação em simulação, observação (inclusive por meio de imagens produzidas por satélite) e redes de comunicação.

movido, mas porque há futuridade demais, riscos demais, para garantir um futuro – história antropogênica como ação – em detrimento de qualquer outro. O plano futural típico da tarefa moderna da história antropogênica perde o rumo. Será sempre necessário outro plano, porque nenhum é adequado.

Indexado apenas à condição especificamente antropogênica, como Hannah Arendt estipula, o excesso do futuro precisa, contudo, ser revogado. Vamos lembrar que a modernidade é definida pela construção de futuro da história antropogênica, cuja condição para o novo é uma doutrina de ação, e que Arendt encarna essa condição para cada ser humano. A deslocalização das sociedades de risco, no entanto, suplanta essa condição antropogênica e, com ela, a priorização de Arendt da política como futuridade antropogênica.

Em termos mais específicos:

– *Escala*: como Beck argumenta, a intermediação das SoICLE significa que decisões e consequências são deslocalizadas, o que quer dizer que elas ultrapassam a capacidade de qualquer “espaço de aparência” arendtiano de engajamento interpessoal direto.⁴⁶

– *Integração*: para Arendt, a ação conduz ao novo, ao inesperado, porque é única a cada vez, uma singularidade conferida a cada ser humano no nascimento;

⁴⁶ Suhail Malik. “The Onto-Politics of the Spectacle and the Abu Ghraib Images”. In: Amanda Beech, Jasper Joseph-Lester e Matthew Poole (orgs.). *Episode: Pleasure and Persuasion in Lens-based Media*. Londres: Artwords Press, 2008, pp. 105-116.

mas o inesperado é intrínseco ao presente especulativo característico das SoICLE, para as quais a incerteza das consequências das ações é configurada como risco. Como o risco é composto pela ultra-historicidade do presente especulativo e a ela subordinado, a singularidade humana é desnecessária à composição de consequências inesperadas.

– *Complexidade*: para Arendt, a ação é imprevisível porque seu significado não é revelado até seu subsequente relato; mas se o futuro desconhecido precede o presente no CTE, e se o futuro que resulta de qualquer ato é de fato uma nova composição do risco, então não pode haver uma culminação determinada ou uma sequência completável para qualquer ato, nem qualquer sentido completo. A ultra-historicidade significa que o registro da história é não terminal, e que a imprevisibilidade precede a ação como sua premissa.

Assim, cada uma das determinações antropogênicas da ação de Arendt é inadequada para a contramodernidade do CTE. No geral, sua teoria da política é insuficiente para o presente especulativo. Em termos mais amplos, o excesso de futuro nas sociedades de risco significa que a ação antropogênica é uma base insuficiente e inadequada para forjar o futuro. Ao adotar a validade residual da modernidade como seu esquema teórico e político, a tese BFJ do cancelamento do futuro se engana ao identificar o futuro como algo forjado de acordo com um presente especulativo cuja futuridade corrói o caráter definitivo da

história antropogênica. Para deixar claro: a ação não pode superar o risco na pós-modernidade abrangente das SoICLE porque o risco constitui as precondições e as consequências da ação. Ou melhor, forjar um futuro no presente especulativo pela ação requer primeiro uma delimitação da futuridade do presente especulativo, o que significa: a) a contenção do risco; b) a redeterminação da própria ação distinta de sua determinação antropogênica moderna. Elaborar essas exigências, por sua vez, proporciona a derivação conclusiva de uma política contracontemporânea – o estabelecimento do futuro do futuro – e de uma arte adequada ao presente especulativo deslocalizado que constitui as SoICLE.

– *Contenção de riscos.* Para que a construção de um futuro específico não seja “cancelada” pelo excesso de futuro, a composição de riscos do presente especulativo deve ser contida. Essa contenção pode incluir vários tipos de segurança, seguros, previdência social e capital; ou, por outro lado, retrocessos como a reimposição de calibrações lineares de progresso ou escatologias, ou de estruturas semânticas muito limitadas e estabilizadas, e os decorrentes efeitos dos tradicionalismos sobre a organização social. A generalização teórica dessas medidas é que a contenção ou a mitigação de riscos para direcionar uma linha de ação – para dar início a um futuro – pressupõe uma seleção de riscos, contingente às especificidades do presente especulativo em cada caso e do futuro específico a ser determinado. Porém, todas essas conten-

ções em si são incompletas e incertas no CTE; suas consequências e seus efeitos deslocalizados só podem ser conhecidos em parte. As próprias contenções de risco são riscos. Além do mais, a seleção de quais riscos devem ser mitigados significa selecionar vários resultados futuros possíveis e não outros, numa configuração provisória – e sempre apenas provisória – do futuro do futuro. E essa é uma política, anterior à ação antropogênica.

– *Ação resgatada.* Como o risco intrínseco ao CTE não é uma consequência de ações individuais apenas, mas uma exigência composicional situada das SoICLE, a contenção de riscos é uma condição sistêmica para proporcionar a capacidade social de realizar o futuro – “social” aqui significa a configuração das SoICLE, não o engajamento interpessoal no espaço das aparências. Para deixar claro: as ações e intervenções antropogênicas não são eliminadas nas SoICLE. É que, ao ser configurada pelo CTE, a ação antropogênica é configurada pelo *socius* deslocalizado das SoICLE. Esse *socius* é por definição mais expansivo e maior, em escalas de integração sistêmica e de interconexão, que a capacidade antropogênica individual ou socialmente segmentada.

Desse modo, as SoICLE suplantam a antropogênese da história que define a modernidade, inclusive ação e arte, com uma realização sociogênica do futuro definido pelas consequências irreduzíveis dessa modernidade. A ação, por não ser a “condição humana”, ou a história (*Historie*), ou o horizonte de expe-

riência que proporciona a base para ação no presente especulativo das SoICLE, ou a capacidade para o novo, é um recurso meta-antrópico – ou, de forma abreviada, metantrópico – das SoICLE.⁴⁷ Para reiterar: a condição metantrópica da ação não elimina a história antropogênica, mas a engloba e a desprioriza como uma contenção de riscos semântica e provisória, mas uma contenção que, por esse mesmo motivo, constitui mais riscos sociogênicos. E essa despriorização estipula também a redefinição da arte. A realização sociogênica do futuro, em particular, suplanta tanto a premissa quanto os resultados da arte desde a vanguarda; a premissa é a liberdade histórico-política da construção histórica antropogênica, e o resultado é a consolidação e o recrudescimento da “instituição burguesa” da autonomia artística como arte contemporânea. Duas exigências para essa arte de

⁴⁷ O uso de metantrópico, aqui, com o sentido da base sociogênica [produzida e/ou determinada por forças sociais], e não individualizada e corpórea, da ação nas Soicle é distinto do termo “mentantropo” empregado por Raphael Lepuschitz e Charles Stross para marcar as transformações técnicas do corpo humano, uma recomposição mais frequentemente designada por “trans-humanismo”. Ver: Raphael Lepuschitz. *Der Metanthrop: Von Menschen und Maschinen*. Saarbrücken: vdm, 2010; e a única menção de Charles Stross do termo em *Accelerando* (Londres: Orbit, 2005, p. 288). Por definição, não há “mentantropo” como sujeito individualizado da operação metantrópica proposta nesse texto. O último é muito mais próximo da noção de “estruturação” de Giddens, mas configurado em um presente especulativo, o que significa que essa estruturação é também uma desestruturação. Ver: Anthony Giddens. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity, 1986. [Ed. bras.: *A constituição da sociedade*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.]

caráter amplamente sociogênico enfatizam sua distinção da arte desde a vanguarda. Em primeiro lugar, em comparação com uma arte que em cada caso é uma abertura individualizada de significado sem finalidade – o que é típico das obras vanguardistas do modernismo quando são re-situadas para a tarefa interpretativa em aberto do receptor na AC –, o “novo” de uma arte adequada ao presente especulativo é configurado não pelas liberdades demonstradas por essa indeterminação semântica, mas por sua especificação de um futuro. E essa especificação é em cada caso uma contenção de riscos situada histórico-sistematicamente e intrínseca ao presente especulativo. “Situada histórico-sistematicamente” aqui reformula a ideia de que o presente especulativo é constituído sociogenicamente; de que especificar um futuro ao conter os riscos é uma operação sociogênica.

Em segundo lugar, uma arte adequada para a composição de riscos das SoICLE é um componente da composição socialmente integrada do presente especulativo e seus riscos. Assim composta, a autonomia da arte é anulada.

Daí resultam duas consequências que, embora contraditórias no modernismo, são na verdade aspectos da exigência de uma arte adequada ao presente especulativo: a) a ambição da vanguarda, segundo Bürger, de anular a autonomia institucional burguesa da arte em relação à totalidade social, se realiza – mas não como um imperativo artístico ou político-crítico que mova a vanguarda. Pelo contrário, o vanguar-

dismo artístico é completado e suplantado, porque a arte é uma instituição que compõe a contenção de riscos na especificação sociogênica de um futuro no presente especulativo. Portanto: b) a arte adequada ao presente especulativo não tem prioridade nem privilégio como formato institucional para o futuro do novo. Configuradas pelo presente especulativo, as críticas de Bürger ao paradigma da mercadoria de Adorno para o futuro do novo da arte é revertido: o futuro do novo que foi um dia a prerrogativa da arte desde a vanguarda passa a ser uma característica onipresente das SoICLE, incluindo, porém não limitado às mercadorias. A arte é, então, um entre outros aspectos que compõem uma economia de contenção de riscos nas SoICLE. Inversamente, embora defender a autonomia da arte como modernismo ou AC da composição sociogênica abrangente do presente especulativo também incorre no risco mais geral e sistêmico em que ela está imbricada – ao insistir, por exemplo, em seus formatos históricos de apresentação e interpretação individualizada, personalizada e subjetiva –, essa contenção limita o risco ao repudiar todas as operações que não sejam em microescala. Pelo mesmo motivo, no entanto, essa arte não pode obter operacionalidade em múltiplas escalas, nem situar a especificidade sociogênica de sua contenção de riscos no excesso de futuridade. A defesa da arte desde a vanguarda não pode, então, configurar um futuro em detrimento de outro. E, sem a contenção de risco sociogênica, essa arte é limitada à prolifera-

ção de semantizações simultâneas e díspares, que é a desfuturidade da arte contemporânea.

Como casos da história antropogênica, variantes da capacidade humana única de realizar um novo futuro, tanto a arte desde a modernidade quanto a ação tal como proposta por Arendt são suplantadas pela política de riscos do presente especulativo metantrópico-sociogênico. Então, para continuar realizando a tarefa de estabelecer um futuro, tanto a arte quanto a política precisam ser reiniciadas pela política de riscos de delimitar a futuridade para estabelecer um futuro. E, apesar de a redefinição das condições da história antropogênica ter sido adotada de alguma forma por várias generalizações da encarnação antropogênica como condição de ação e semantização – como (mas não restrito a) pós-humanismo, trans-humanismo, anti-humanismo e inumanismo –, essas generalizações não passam de conversões da modernidade histórica de desenvolvimento, componentes específicos da generalidade sociogênica da política de riscos que permite a ação no presente especulativo. Sem as restrições dessas determinações antropogênicas residuais, o desenvolvimento metantrópico passa a ser o futuro incerto das contingências sociogênicas, o que significa a incerteza do desenvolvimento distinto da modernidade. Essa pós-modernidade, iniciada pelas SoICLE, operacionalizada como CTE, é o desenvolvimento histórico global distinto não só da euromodernidade, mas de qualquer futuro antropogênico; um futuro que é imprevisível porque não pode ter

nenhuma narrativa semantizante, nenhuma *Historie* adequada. Um desenvolvimento composto, em vez disso, por um futuro no futuro.

Esta coleção é parte da pesquisa "Notas em ficções institucionais e algumas hipóteses a serem desenvolvidas na prática – INDEX 1/3 NÁUSEA", iniciada no âmbito do projeto TRAMA para a 33ª Bienal de São Paulo com sequência no projeto O Mundo versus o Planeta, na 10ª Mostra 3M de Arte.

**10ª Mostra
3M de Arte**
Lugar Comum Travessias e coletividades na cidade

ZAZIE 
EDIÇÕES